



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

**346^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social - CNAS**

Ata da ordem dos dias 12 e 13 de março de 2026

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Ata da 346ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Plataforma *Zoom* e Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar, Brasília/DF

Data: 12 e 13/03/2026

1 Aos doze e treze dias do mês de março de dois mil e vinte e seis realizou-se a 346ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Titular
3 Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e representante da Secretaria Nacional de
4 Assistência Social - SNAS/MDS. Estiveram presentes as(os) seguintes Conselheiras(os) Titulares e
5 Suplentes: Conselheira Titular Aldenora Gomes González, representante do Instituto Ecovida;
6 Conselheira Titular Ana Lúcia Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas
7 Ocupacionais – ABRATO; Conselheira Titular Cleres Alvarenga Cavalcanti, representante do
8 Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS; Conselheiro Titular Edgilson Tavares de Araújo,
9 representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome –
10 MDS; Conselheiro Titular Elias de Sousa Oliveira, representante do Ministério do Desenvolvimento
11 e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; Conselheira Titular Emilene Oliveira
12 Araújo, representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Conselheiro Titular Ismael Utino Tavaloni,
13 representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD; Conselheira
14 Titular Itanamara Guedes Cavalcante, representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania –
15 SENARC; Conselheira Titular Márcia de Carvalho Rocha, representante da Federação Nacional das
16 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES; Conselheira Titular Margareth Alves
17 Dallaruvera, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da
18 CUT – CNTSS/CUT; Conselheira Titular Maria Aparecida Guerra Vicente, representante da
19 Federação Nacional dos(as) Assistentes Sociais – FENAS; Conselheira Titular Maria Carolina
20 Pereira Alves, representante da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família – SNCF;
21 Conselheiro Titular Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, representante da Secretaria
22 Nacional de Assistência Social – SNAS; Conselheiro Titular Régis Aparecido Andrade Spíndola,
23 representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Conselheiro Titular Ricardo de
24 Santana Marques, representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
25 – CONGEMAS; Conselheira Titular Shirley de Lima Samico, representante da Secretaria de

Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD; Conselheira Titular Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS; Conselheiro Titular Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheiro Suplente Alessandro Tiezzi, representante da PIA Sociedade de São Paulo; Conselheira Suplente Ana Carine do Nascimento Feitosa, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Conselheira Suplente Andréia Fernandes Teixeira, representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Suplente Catarina de Santana Silva, representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheira Suplente Geovana Pádua Gobbo Marinat, representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Irene Rodrigues da Silva, representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM/CUT; Conselheiro Suplente José Miguel da Costa Júnior, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Conselheira Suplente Jucileide Ferreira do Nascimento, representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Conselheira Suplente Keure Chamse Afonso de Oliveira, representante do Rede Cidadã; Conselheira Suplente Maria Gonçalves da Conceição, representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB; Conselheiro Suplente Marcílio Marquesini Ferrari, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Conselheira Suplente Rafaelly Machado da Silva, representante do Movimento Nacional de População de Rua – MNPR.

ABERTURA 12/03/2026: O Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Edgilson Tavares de Araújo, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - SNAS/MDS, iniciou a 346ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todas(os) e agradeceu a Vice-Presidente do CNAS Márcia de Carvalho Rocha por conduzir os trabalhos no Conselho durante o seu período de férias. Em seguida, solicitou à Senhora Thaís Pereira Braga, Secretária-Executiva do CNAS, que realizasse a verificação do quórum. O Conselheiro Ricardo de Santana Marques, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, justificou a ausência do Conselheiro Paulo Henrique Souza, Vice-Presidente do CONGEMAS, que estava apoiando o seu município, Sabará, atingido por fortes chuvas. Verificada a existência de quórum, o Presidente Edgilson Tavares

de Araújo realizou a leitura da pauta proposta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 10/03/2026 – 9h às 18h: Reunião trimestral do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social - CEAS e o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal - CAS/DF; Dia 11/03/2026 - 9h às 12h: Reunião da Comissão de Política da Assistência Social – CPAS e Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social – CN; 14h às 16h: Reunião Conjunta da CPAS e da CN; 9h às 16h: Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social – CAC, Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transparência de Renda - CABSTR, Reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social – CCSDCAS e Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - CFO; 16h às 21h: Reunião da Presidência Ampliada do CNAS; Dia 12/03/2026 - Reunião Ordinária do CNAS - 9h às 10h: Reunião interna de alinhamento; 10h às 10h15: Aprovação da Ata; 10h15 às 12h: Apresentação sobre os trâmites de alteração do Decreto nº 1264, de 17 de junho de 2024, que regula o Programa Bolsa Família, Convidados: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC; 14h às 16h: Debate sobre os recursos orçamentários para a Política de Assistência Social, convidados confirmados: José Arimatéia, diretor do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, e Débora Freire Cardoso, subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda; 16h às 18h – Relato da reunião da Presidência Ampliada, relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social – CN e relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transparência de Renda - CABSTR; Dia 13/03/2026 – 10h às 11h: Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - CFO; 11h às 12h: Relato da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social – CCSDCAS; 14h às 15h: relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social – CAC; 15h às 16h: relato da Comissão de Política de Assistência Social - CPAS; 16h às 17h: Informes da Presidência, Secretaria Executiva, Comissão Intergestores Tripartite - CIT, SNAS/MDS, Fórum Nacional de Secretários(as) de Assistência Social – FONSEAS, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS e Conselheiras(os). O Presidente Edgilson Tavares de Araújo sugeriu a inversão de pauta para priorizar os relatos da CPAS e da CN, pensando na necessidade de quórum qualificado. Informou sobre a solicitação de retirada de pauta da apresentação sobre os trâmites de alteração do Decreto nº 1264, de 17 de junho de 2024, uma vez que o tema seria abordado no relato da CFO. Ato contínuo, a Ata da 345ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Imediatamente, avançou-se ao

88 relato da reunião extraordinária da Comissão de Normas da Assistência Social – CN, realizada no dia
89 2 de março de 2026. Com a palavra, o Conselheiro Titular Elias de Sousa Oliveira, MDS, elencou
90 as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do
91 CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1.
92 Retomada da discussão da minuta de Resolução que dispõe sobre a fiscalização e manifestação dos
93 Conselhos de Assistência Social quanto à conformidade da execução das ofertas socioassistenciais
94 pelas entidades de assistência social, as normas aplicáveis para fins de manutenção e cancelamento
95 das suas inscrições nos Conselhos no âmbito do procedimento de supervisão e certificação. Como
96 encaminhamento, apontou-se a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho para elaborar uma
97 Resolução clara e adequada sobre o tema, com integrantes da CN, com a primeira reunião ainda a ser
98 agendada. O Conselheiro Elias de Souza Oliveira acrescentou que a Resolução nº 14 seria revisada
99 paralelamente, ao que o Presidente Edgilson Tavares de Araújo optou por retirar a análise da
100 Resolução nº 14, desejando que a sociedade civil apresentasse o seu entendimento sobre a questão,
101 incluindo os pontos abarcados na minuta de Resolução que dispõe sobre a fiscalização e manifestação
102 dos Conselhos de Assistência Social. Argumentou que o Departamento da Rede Socioassistencial
103 Privada - DRSP do Sistema Único de Assistência Social – SUAS se manifestou no sentido de solicitar
104 a retirada da minuta de revisão da Resolução nº 14 de análise. Continuamente, passou-se ao relato da
105 reunião da Comissão de Normas da Assistência Social – CN, realizada no dia 11 de março de 2026.
106 Com a palavra, o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira elencou as(os) conselheiras(os),
107 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
108 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Avaliação da minuta de Resolução
109 de alteração da Resolução CNAS nº 33/2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de
110 Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos, para fins de consulta pública.
111 Encaminhamentos: a) Observar a flexão de gênero em toda a resolução; b) Submeter a minuta de
112 resolução ao Pleno para que seja encaminhada à consulta pública na plataforma “Brasil Participativo”;
113 b) Disponibilizar por 30 dias a consulta pública. O Conselheiro Elias de Sousa Oliveira procedeu à
114 leitura da Resolução supracitada. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo sugeriu a padronização
115 da redação entre “*habilitação, reabilitação e promoção da inclusão*” e “*habilitação, reabilitação e*
116 *inclusão à vida comunitária das pessoas com deficiência*”, preferindo a última opção. A seguir, o
117 Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB,
118 sugeriu a inclusão de “*ações*” sempre que a redação tratava de “*programas, projetos e serviços*”, ao

que o Presidente Edgilson Tavares de Araújo argumentou que a redação acompanhava o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Continuou lembrando que o uso de “*oferta*” e “*ofertar*” deveria ser evitado e, posteriormente, retornou à questão anterior sugerindo a padronização em “*habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência para inclusão à vida*”. A Senhora Ivone Maggione Fiori, Federação Nacional das Associações de Pais e Amigas(os) das(os) Excepcionais – FENAPAES, acrescentou que a redação da LOAS era “*habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção da sua inclusão à vida comunitária no âmbito da assistência social*”, prezando pela padronização. Somou ser contrária à supressão das redações dos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 2º, conforme orientação da Consultoria Jurídica – CONJUR, demonstrando preocupação com o estabelecimento de conceitos. O Conselheiro Elias de Sousa Oliveira reforçou que as indicações da CONJUR eram orientações, não imposições, e que o corte tinha sido feito pensando na extensão da redação, ao que o Senhor William Olivindo, CONJUR, confirmou o entendimento. Por fim, acordou-se que a redação seria padronizado conforme orientação da Senhora Ivone Maggione Fiori. Interrompeu-se o debate acerca da minuta para o intervalo de almoço e debate sobre os recursos orçamentários para a Política de Assistência Social, uma vez que a pauta contava com convidados. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo deu as boas-vindas ao Senhor José Arimatéia, Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, e à Senhora Débora Freire Cardoso, subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda - MF, e lembrou que a pauta tinha sido solicitada pela Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – CFO. Com a palavra, a Coordenadora da CFO, Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Instituto Ecovida, lembrou que, todos os anos, o CNAS aprovava uma Resolução com a indicação dos valores necessários para o funcionamento da Política de Assistência Social. Falou que o documento tinha sido apreciado na CFO, com a contribuição do FNAS, quando foram comparados os valores aprovados pelo CNAS, os valores indicados no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA e os valores aprovados pela Câmara dos Deputados, sendo concluído que a redução mais significativa era imposta no próprio MDS, antes de encaminhar os valores solicitados pelo CNAS para o PLOA. Disse que, além do FNAS e do Ministério da Fazenda, também tinham sido convidados para dialogar sobre a questão o Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO e a Casa Civil, porém os órgãos não tinham respondido à solicitação. Isto posto, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo reiterou a importância da Política de Assistência Social e lamentou a ausência de vinculação orçamentária, apesar de ser uma política que abarca direitos constitucionais. Disse que o objetivo da pauta era entender a redução dos valores e

150 buscar soluções para o déficit orçamentário. Adiante, o Senhor José Arimatéia de Oliveira tratou dos
151 esforços do MDS em busca da garantia do financiamento, afirmando que os esforços precisavam ser
152 conjuntos. Confirmou a importância da Política de Assistência Social, apontando que a área não era
153 valorizada, e indicou que a falta de orçamento para a pasta era recorrente, inclusive por tratar-se
154 majoritariamente de despesas discricionárias. Citou também a desvalorização monetária e informou
155 que o FNAS buscava a manutenção do que era considerado como essencial. Explicou que a SNAS
156 elaborava uma peça orçamentária com a manutenção, a expansão e a atualização dos valores de
157 cofinanciamento que, posteriormente, era analisada, ajustada e melhorada pelo CNAS. Confirmou
158 que o orçamento aprovado pelo CNAS era passível de sofrer ajustes e era adequado ao desenho
159 orçamentário e à distribuição das discricionariedades. Somou que o referencial deveria seguir a Lei
160 de Responsabilidade Fiscal e a Constituição e acrescentou que a proposta poderia ser alterada pelo
161 MPO, a fim de caber no arcabouço fiscal, e no Parlamento. Garantiu que o MDS buscava articular
162 suplementações orçamentárias e emendas parlamentares a fim de somar ao orçamento. Argumentou
163 que as despesas obrigatórias cresciam ano a ano, reduzindo o orçamento disponível para as despesas
164 discricionárias, desejando a aprovação do Projeto de Emenda à Constituição - PEC nº 383, que
165 garantiria 1% do orçamento federal para o SUAS. Arrazouou que o orçamento da assistência social era
166 majoritariamente investido no Programa Bolsa Família – PBF e no pagamento do Benefício de
167 Prestação Continuada – BPC. Discorreu sobre os desafios com relação ao orçamento nos últimos anos
168 e disse que 2026 tinha garantido 75% do valor pactuado, já tendo sido solicitada a suplementação
169 para o cofinanciamento dos programas Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Primeira
170 Infância no SUAS. Refletiu sobre as expectativas com relação ao Governo do Presidente Luís Inácio
171 Lula da Silva diante da pauta da assistência social e reforçou que o financiamento da pasta era
172 tripartite. Concluiu dizendo que o desenho fiscal atual era um complicador para se atender às
173 demandas crescentes de cofinanciamento sistêmico da assistência social e desejou que a saúde e a
174 assistência social fossem colocadas no mesmo patamar. Dando continuidade, a Sra. Débora Freire
175 Cardoso reconheceu a importância da política de assistência social, indicando-a como fundamental
176 para a melhora nos indicadores econômicos do país. Defendeu o sistema de proteção social e entendeu
177 como legítima a demanda da pasta por financiamento, porém tratou dos limites impostos pela
178 alocação orçamentária. Reforçou que houve um salto na destinação de recursos para a assistência
179 social nos últimos anos, apontou a necessidade de incremento na Política Nacional de Cuidados e
180 explicou que, do orçamento anual do país, apenas 8% eram destinados para investimentos

181 discricionários, desejando aumentar o percentual. Citou que o novo arcabouço fiscal permitia um
182 crescimento real das despesas de 2,5%, sugeriu que o CNAS deveria apontar as prioridades alocativas
183 para os recursos e discorreu sobre a necessidade de recomposição da base arrecadatória nacional,
184 além de indicar como importante a busca pelo equilíbrio das contas públicas. Sobre as emendas,
185 defendeu a transparência do processo. Por fim, o Sr. José Arimatéia de Oliveira sugeriu que a CFO
186 pesquisasse qual valor destinado diretamente ao cidadão por meio do BPC ou do PBF voltava para
187 os cofres públicos. Iniciando as manifestações, a Conselheira Titular Solange Bueno, representante
188 do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS, citou a falta
189 de aumento das metas, as demandas reprimidas e a ausência de garantias para a proteção básica. A
190 seguir, o Conselheiro Ricardo Santana Marques argumentou que o SUAS não poderia ser reduzido
191 ao BPC e ao PBF e afirmou que a política de assistência social não estava sendo prioridade. Registrou
192 que a revisão cadastral do Programa Bolsa Família, executada pelos municípios, tinha resultado em
193 uma economia de R\$ 12 bilhões, porém o valor não tinha retornado ao SUAS. O Conselheiro Titular
194 Ismael Utino Tavaloni, representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores –
195 MONPAD, relatou os cortes no BPC e o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira discorreu sobre a
196 característica de acolhimento e escuta da assistência social como fundamental para a proteção social.
197 Depois, a Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha, representante da Federação Nacional das
198 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES, demonstrou indignação com o baixo
199 orçamento da assistência social e afirmou que os valores do BPC e do PBF eram insuficientes para
200 atender às necessidades básicas da população. Argumentou que o BPC era um direito e lamentou as
201 dificuldades de acesso impostas recentemente. A Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera,
202 representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT –
203 CNTSS/CUT, agradeceu as explicações e apresentou a sua percepção de que o SUAS não fazia parte
204 da agenda do Governo, além de concordar que a pauta da assistência social envolvia mais do que os
205 programas de distribuição de renda. Desejou a expansão e a melhoria das redes de atendimento do
206 SUAS e demonstrou preocupação com a sobrecarga financeira dos municípios. Então, a Conselheira
207 Suplente Rafaelly Machado da Silva, representante do Movimento Nacional de População de Rua –
208 MNPR, reforçou a importância da pauta, pediu a interlocução da Sra. Débora Freire Cardoso entre o
209 CNAS e a MF e lamentou o investimento em comunidades terapêuticas. A Conselheira Titular Maria
210 Aparecida Guerra Vicente, representante da Federação Nacional dos(as) Assistentes Sociais –
211 FENAS, somou que, enquanto o número de usuários dos programas aumentava, a rede de

212 atendimento seguia estagnada, além de contar sobre a precarização dos serviços do SUAS. Em
213 conclusão, a Conselheira Aldenora Gomes González agradeceu as apresentações e sugeriu como
214 encaminhamento o agendamento de um debate conjunto entre o CNAS, o MF, o MPO, o MDS, a
215 Casa Civil e outros atores afetos à pauta a fim de tratar-se do orçamento. Mencionou também os
216 esforços que estavam sendo feitos para que a PEC nº 383 fosse aprovada em abril. O Sr. José
217 Arimatéia de Oliveira sugeriu a elaboração de estratégias de mobilização das categorias envolvidas,
218 visando apresentar as demandas da assistência social aos parlamentares. Somou que um dos painéis
219 do Encontro Nacional de Fundos de Assistência Social, que aconteceria entre os dias 25 e 27 de
220 março, abordaria a função orçamentária da assistência social. Por fim, a Sra. Débora Freire Cardoso
221 disse que o canal de diálogo entre o CNAS e o MF estava aberto e incentivou o fortalecimento das
222 instancias de participação na cobrança da alocação orçamentária. O Presidente Edgilson Tavares de
223 Araújo agradeceu a oportunidade de diálogo e pediu que a mensagem passada pelo CNAS fosse
224 apresentada ao MF e à Casa Civil, lembrando que sem as equipes e os equipamentos dos SUAS o
225 BPC e o PBF seriam inviabilizados. Ato seguinte, retornou-se ao relato da Reunião da Comissão de
226 Normas da Assistência Social – CN, tratando-se da avaliação da minuta de Resolução que dispõe
227 sobre as diretrizes para a organização de ações de habilitação e reabilitação das pessoas com
228 deficiência e a promoção da inclusão à vida comunitária no âmbito do Sistema Único de Assistência
229 Social. Sobre os destaques, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo sugeriu a seguinte redação para
230 os Incisos II, V e VI, do Artigo 2º: *“II – promovem o acesso ao conjunto das seguranças*
231 *socioassistenciais para garantir condições efetivas para a vida independente e a plena participação*
232 *e inclusão social, em igualdade de condições com as demais pessoas”*; *“V - Contribuem para a*
233 *superação de situações de isolamento, negligência, violência, abandono, rompimento de vínculos ou*
234 *outras formas de violação de direitos, com o objetivo de promover a reconstrução das habilidades,*
235 *o desenvolvimento de potencialidades, o fortalecimento da autonomia e dos vínculos sociais”*; e *“VI*
236 *- Asseguram a convivência comunitária e o exercício pleno de direitos e responsabilidades”*; além
237 de propor ajustes pontuais à redação para facilitar o entendimento, sem alterar o conteúdo. No Artigo
238 4º, a Conselheira Solange Bueno pediu a inclusão da premissa da linguagem acessível, ficando o
239 Incisos IV conforme segue: *“IV – promoção de educação permanente para qualificação das equipes,*
240 *bem como da educação cidadã para pessoa com deficiência e suas famílias usando comunicação e*
241 *linguagem acessível”*. Sugeriu também a inclusão de fóruns, rede e movimentos no Inciso VIII,
242 ficando: *“(…) inclusive em coletivos, fóruns, rede e movimentos de usuárias(os) e espaços de controle*

243 *social*”. Sobre o mesmo Artigo, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo propôs a redação: “VI –
244 *acesso a tecnologias assistivas e apoio à inclusão produtiva, considerando todas as formas de*
245 *trabalho e emprego decente*”. Depois, incluiu “(...) *e programas de transferência de renda*” no Inciso
246 V do Artigo 5º. Adiante, a Conselheira Solange Bueno tratou da necessidade de considerar-se as
247 barreiras financeiras no acesso à equipamentos e tecnologias assistivas. Então, o Presidente Edgilson
248 Tavares de Araújo lembrou que não existia no SUAS um programa socioassistencial de apoio às
249 famílias das pessoas com deficiência, conforme constava no Inciso VI do Artigo 7º, sugerindo a sua
250 exclusão, ao que o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira sugeriu a alteração do Inciso VII para: “VII
251 – *outros serviços, programas e projetos socioassistenciais para pessoas com deficiência e suas*
252 *famílias, implementados pelas entidades e organizações da sociedade civil que venham a ser*
253 *regulamentados no âmbito do SUAS*”. Corrigiu-se a redação do Parágrafo 4º, Artigo 7º, para: “§4º
254 *O Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva – SAI/RI destina-se a pessoas com*
255 *deficiência com idade entre 18 e 59 anos, podendo, excepcionalmente e esgotadas todas as*
256 *estratégias, de retorno ao convívio familiar ou vida independente, permanecer no serviço aqueles*
257 *acolhidos antes dos 60 anos, sem limite de idade superior, conforme normativa vigente*”, enquanto o
258 Parágrafo 5º foi excluído por já ter sido abarcado anteriormente. Então, o Presidente Edgilson Tavares
259 de Araújo trocou “*devem*” por “*podem*” no Artigo 11, pensando em não impor ações às entidades, e
260 disse que, nos normativos, não estava sendo usado o nome do MDS, mas sim “*O órgão da*
261 *Administração Pública Federal responsável pela coordenação do PNAS*”, conforme constava na
262 LOAS, alterando a redação do Artigo 14. Ainda, sugeriu a inclusão de uma cláusula de transição,
263 sendo acrescentado um novo Artigo, conforme segue: “*As entidades e organizações da sociedade*
264 *civil de assistência social atuantes na habilitação e reabilitação, inscritas nos CMAS e CAS-DF, que*
265 *não atendam aos termos desta resolução terão sua inscrição mantida até 30 de abril de 2027,*
266 *apresentando novo plano de ação que atenda a esta Resolução*”. Ainda, a Conselheira Solange
267 Bueno cobrou a garantia da acessibilidade nas plataformas digitais, pedindo que fossem mencionados
268 os nomes dos aplicativos, ao que o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira disse que não seria possível,
269 por não se tratarem de plataformas públicas e o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira sugeriu o
270 acréscimo de “*plataformas e aplicativos*” no Artigo 14. A Conselheira Solange Bueno insistiu que,
271 embora não na Resolução, fosse garantida a acessibilidade no Sistema Eletrônico de Informações
272 (SEI). Não havendo mais manifestações, encaminhou-se a votação da minuta de Resolução que
273 dispõe sobre as diretrizes para a organização de ações de habilitação e reabilitação das pessoas com

deficiência e a promoção da inclusão à vida comunitária no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Votaram a favor da minuta os(as) Conselheiros(as) titulares ou suplentes no exercício da titularidade: Ana Lúcia Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Cleres Alvarenga Cavalcante, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavaloni, Margareth Alves Dallaruvera, Maria Carolina Pereira Alves, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima Samico, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Clóvis Alberto Pereira, Amanda Simone Silva, Márcia de Carvalho Rocha e Edgilson Tavares de Araújo. Não foram registrados votos contrários ou abstenções. Assim sendo, a minuta de Resolução foi considerada aprovada pela unanimidade dos presentes, com 16 votos favoráveis. Na sequência, o Conselheiro Elias de Souza Oliveira seguiu elencando os pontos abordados na reunião da CN: 2. Definição da pauta do mês de abril/2026, definição de assunto principal e convidados, se houver; 2.1. Apreciação da minuta de Resolução Conjunta Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - RFBC e CNAS que aprova a instituição do Eixo de Apoio ao Controle Social e Garantia de Direitos, do Programa de Fortalecimento, Participação Social e Garantia de Direitos na Assistência Social Aprimora Rede+ e as estratégias operacionais relativas à sua coordenação, implementação, diretrizes de atuação e estrutura dos Núcleos de Apoio ao Controle Social e Garantia de Direitos - NACSs e as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios (ponto principal). Convidado: RFBC; 2.2. Apreciação das contribuições da consulta pública sobre a minuta de Resolução de alteração da Resolução CNAS nº 33/2011; 2.3. Apreciação do relatório final de atividades da Comissão de Normas Gestão 2024/2026 e de temas considerados prioritários para a Gestão 2026/2028 (adiado para a pauta de maio/2026); 3. Reunião Conjunta da Comissão de Política da Assistência Social e da Comissão de Normas da Assistência Social: O relato da reunião Conjunta da Comissão de Política da Assistência Social e da Comissão de Normas da Assistência Social será lido separadamente. 4. Apreciação do documento perguntas e respostas sobre a Resolução CNAS/MDS Nº182, de 13 de fevereiro de 2025, que caracteriza, estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos, ofertados de forma isolada ou cumulativa, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, por entidades e organizações da sociedade civil de assistência social. Convidados: Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/SNAS e integrantes do Grupo informal. Encaminhamentos: a) Compartilhar o perguntas e respostas com todas(os) as(os) conselheiras(os) do CNAS; b) Diagramar o perguntas e respostas e publicizar nas redes sociais e blog do CNAS; c)

305 Recomendar ao DRSP/SNAS/MDS a construção e publicação de material orientativo no formato
306 perguntas frequentes – FAQ com base no perguntas e respostas elaboradas pelo CNAS; d) Submeter
307 minuta de resolução de alteração para aprovação na Plenária, com quórum qualificado. Adiante, a
308 Conselheira Suplente Catarina de Santana Silva, representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil,
309 solicitou a apreciação da prorrogação do prazo da Resolução nº 182 por um ano, dado que o prazo
310 final do documento era o dia 30 de abril de 2006, ao que o Presidente Edgilson Tavares de Araújo
311 discordou, por não entender os impactos da ação e lembrando que os Conselhos já tinham tido um
312 ano para adequar-se. A Conselheira Catarina de Santana Silva informou que faltava entendimento
313 sobre a Resolução por parte dos territórios e a Conselheira Titular Emilene Oliveira Araújo,
314 representante da Sociedade Bíblica do Brasil, lembrou da demora na formatação do documento com
315 as perguntas e respostas sobre a Resolução. A Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha concordou
316 que um ano não era suficiente para a execução de mudanças estruturais, ao que o Presidente Edgilson
317 Tavares de Araújo reforçou que o texto era claro e disse não se sentir confortável em prorrogar o
318 prazo, temendo também a abertura de precedente. Sugeriu que o debate continuasse no dia seguinte,
319 tendo em vista que não teve conhecimento da demanda previamente. Em nome das entidades e
320 coletivos de assistência social, o Conselheiro Titular Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,
321 representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes, requisitou
322 a extensão do prazo para adequação à Resolução nº 182. Não havendo mais manifestações, o relato
323 da reunião da Comissão de Normas foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os)
324 presentes. Ainda, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera questionou a Comissão de Normas
325 sobre a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS, ao que o Conselheiro Elias de Sousa
326 Oliveira respondeu que a demanda era do CNAS, não da CN, mas que encaminharia a solicitação
327 conforme feita na Conferência. Isto posto, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo encaminhou para
328 que fosse cobrada a cópia do documento assinado na Conferência, assim como informações acerca
329 da implementação da Mesa. Ato seguinte, seguiu-se ao relato da reunião da Reunião da Comissão de
330 Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social – CCSDCAS, realizada no
331 dia 11 de março de 2026. Com a palavra, a Conselheira Titular Maria Carolina Pereira Alves,
332 representante da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família – SNCF, elencou as(os)
333 conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
334 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1.
335 Apresentação comparativa das séries de lives; 2. Iniciar a construção do cronograma das lives.

336 Encaminhamentos: a) Considerando a proposta de realização de 8 lives com 30 minutos de duração,
337 solicitar a Secretaria Executiva a inclusão no orçamento do serviço de interpretação de Libras para as
338 lives; b) Enviar a sugestão de cronograma de lives para apreciação e sugestão das comissões, sendo
339 mantida a sequência do cronograma até o retorno das Comissões; c) Para cada live, realizar um
340 formulário de interação para que os participantes possam enviar perguntas sobre o tema e para
341 direcionar o debate a partir destas demandas; 3. Apreciação das deliberações da 14ª Conferência
342 Nacional (ponto principal). Encaminhamento: Encaminhar as deliberações para as Comissões, de
343 acordo com a divisão proposta. As comissões devem: a) analisar politicamente; b) verificar se a
344 deliberação já está no Plano de Ação, ou incorporar; c) analisar a resposta das áreas técnicas do MDS
345 e incluir o status da respectiva deliberação; d) fazer processos de debates sobre os atores envolvidos
346 naquela deliberação e possíveis ações de incidência política para a mudança de status da deliberação;
347 4. Definição da pauta de abril; 4.1. Debate sobre a condução do monitoramento das deliberações junto
348 aos Conselhos de Assistência Social (ponto principal); 4.2. Balanço e processo de transição da
349 Comissão para a próxima gestão; 4.3. Organização do cronograma de divulgação do conteúdo das
350 deliberações da 14ª Conferência Nacional (cards periódicos); 4.4. Apreciação das moções. Não
351 havendo mais manifestações, o relato da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações
352 das Conferências de Assistência Social – CCSDCAS foi aprovado pela unanimidade das(os)
353 conselheiras(os) presentes. Imediatamente, avançou-se ao relato da reunião da Reunião da Comissão
354 de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transparência de Renda - CABSTR,
355 realizada no dia 11 de março de 2026. Com a palavra, a Conselheira Titular Ana Lúcia Soares,
356 representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO, elencou as(os)
357 conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
358 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Revisão do
359 Plano de Ação com a presença dos membros externos da CABSTR. Encaminhamentos: a) Solicitar
360 ao CONGEMAS e ao FONSEAS a inclusão do tema de benefícios eventuais, visando tratar do mérito
361 e concepção estabelecidos na Resolução 235/2025, nos respectivos encontros regionais e nacionais
362 de 2026; b) Convidar a Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais – SNBAS/MDS para a
363 reunião de maio para dialogar sobre o monitoramento da gestão de benefícios eventuais e sua
364 efetivação nos municípios; c) Construir, de forma conjunta com a Coordenação- Geral de Gestão do
365 Trabalho e Educação Permanente do Departamento de Gestão do SUAS - DGSUAS/SNAS, a minuta
366 de um plano de ações de educação permanente sobre a resolução de benefícios eventuais, incluindo

367 a formulação da resolução anotada e comentada, observando a necessidade de linguagem acessível.
368 Ponto focal da comissão: membro externo José Crus; d) Propor debates e diálogos em relação a
369 utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC no acesso aos benefícios
370 socioassistenciais. Encaminhamentos para apreciação da Presidência Ampliada: a) Solicitar
371 representação permanente de conselheiros governamentais da SNBAS e da SENARC na CABSTR;
372 b) Inserir na programação das Reuniões Descentralizadas e Ampliadas - RDA e em encontros
373 regionais dos CEAS uma oficina específica sobre benefícios eventuais. O Presidente Edgilson
374 Tavares de Araújo afirmou que estava cobrando a recomposição governamental do CNAS e lembrou
375 que a SNBAS não era integrante do Conselho, mas a SENARC sim, só que seus representantes não
376 participavam das atividades com frequência. Assim sendo, preferiu que os representantes fossem
377 convidados, não conselheiros, e indicou que os integrantes da SNAS tinham mais probabilidade de
378 participar das reuniões, ao que a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera argumentou que as
379 representações não poderiam ficar restritas a uma Secretaria, tanto por sobrecarregar a SNAS quanto
380 por limitar os debates. A Conselheira Suplente Keure Chamse Afonso de Oliveira, representante do
381 Rede Cidadã, defendeu a figura dos convidados, pensando principalmente em pautas específicas, e o
382 Conselheiro Titular Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, SNAS, relatou as tentativas de
383 articulação que estavam sendo feitas pelos representantes da Secretaria, onde o CNAS era prioridade.
384 O Presidente Edgilson Tavares de Araújo acrescentou que a falta de participação de representantes
385 governamentais nos conselhos era um problema geral no país e citou as dificuldades impostas pela
386 dinâmica com que o CNAS trabalhava, enquanto o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira discorreu
387 sobre a necessidade de representatividade e de formação de futuros conselheiros e a burocratização
388 da participação. Então, foram incluídos como encaminhamentos da Plenária: a) Garantir que em todas
389 as reuniões da comissão tenham representantes da SENARC e da SNBAS; b) Encaminhar para a CAC
390 e para a Presidência Ampliada a sugestão de que no momento de construção das pautas das regionais
391 e RDA seja incluída uma oficina específica sobre benefícios eventuais. Seguiu-se com o relato da
392 CABSTR: 2. Ofício nº 1/2025 da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro
393 Único - RFBC, recebido no dia 07 de janeiro de 2026, onde encaminha ao CNAS as diretrizes para o
394 Plano de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, com o objetivo de subsidiar
395 a atuação do controle social nessas políticas. A RFBC coloca-se à disposição para diálogos e
396 articulações que potencializem a fiscalização qualificada em todas as esferas federativas. Convidados:
397 Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único – RFBC.

398 Encaminhamentos: a) A CABSTR irá construir um instrumental de orientação para os CEAS,
399 CAS/DF e Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS, alinhado com a estratégia proposta
400 pela Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - RFBC, visando
401 contribuir no aprimoramento do plano de acompanhamento e fiscalização do PBF e Cadastro Único,
402 por meio dos conselhos de assistência social, em consonância com a Resolução nº 202/2025. Pontos
403 focais: José Crus, Maria José, Leila Thomassin e Kátia Regina, membros externos da Comissão; b)
404 Encaminhar, por meio da Secretaria Executiva - SE/CNAS, a cartilha de Orientações para Conselhos
405 da Área de Assistência Social do TCU para a RFBC, para que ela possa fazer uma articulação
406 interinstitucional para a atualização da cartilha com base nas normativas vigentes expedidas pelo
407 CNAS; c) Caso esses encaminhamentos não sejam concluídos nesta gestão, serão incluídos no plano
408 de ação, para garantir a continuidade na próxima gestão do CNAS. Conforme sugestão da Conselheira
409 Margareth Alves Dallaruvera, foi incluído o seguinte encaminhamento da Plenária: Que o
410 instrumental seja construído de forma conjunta com a CAC. Seguiu-se com o relato da reunião: 3.
411 Outros assuntos: 3.1. Nota Técnica SNBA/DRBA/CGEAN nº 1/2026 (SEI nº 18035080) da
412 Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais em resposta ao Ofício MDS/CNAS/SE/CABSTR nº
413 58/2025. Encaminhamento: A Secretaria Executiva irá encaminhar para as/os conselheiras/os e
414 membros externos para apreciação; 3.2 Ofício Circular SAGICAD/DGCF/CGC nº 1/2026 em
415 resposta ao Ofício Circular MDS/CNAS/SE-CABSTR nº 3/2025, referente à Recomendação nº 6 da
416 Controladoria-Geral da União - CGU. Encaminhamento: A Secretaria Executiva irá encaminhar para
417 as(os) Conselheiras(os) e membros externos para apreciação; 4. Definição da pauta, convidados (se
418 houver) e do principal ponto de pauta reunião da CABSTR – abril/2026: 9h às 12h - Convidar a
419 SNBAS para debate sobre a atualização cadastral do BPC, debater sobre a biometrias, os cadastros
420 unipessoais, o impacto do PBF para concessão e cancelamentos do BPC, incluindo a apresentação
421 dos dados e suas respectivas análises; 14h às 16h - Debate sobre o instrumental de orientação para os
422 CEAS, CAS/DF e CMAS, alinhado com a estratégia proposta pela rede federal de fiscalização,
423 visando colaborar no aprimoramento do plano de acompanhamento e fiscalização do PBF e Cadastro
424 Único, pelos conselhos de assistência social, em consonância com a Resolução 202/2025.
425 (convidados: Rede de Fiscalização); 3. Finalizar a revisão do plano de ação, atualizando os status.
426 Encaminhamento para apreciação da Presidência Ampliada: Realização de reunião extraordinária da
427 CABSTR, em formato virtual, no mês de abril, com o seguinte ponto de pauta: Apresentação de
428 minuta, a ser construída conjuntamente com o DGSUAS, do plano de ações de educação permanente

429 sobre da resolução de benefícios eventuais. Ponto focal: Membro externo, José Crus. Não havendo
430 mais manifestações, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
431 Socioassistenciais e Transparência de Renda - CABSTR foi aprovado pela unanimidade das(os)
432 conselheiras(os) presentes. **ENCERRAMENTO 12/03/2026:** O Presidente Edgilson Tavares de
433 Araújo encerrou o primeiro dia da 346ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a
434 participação de todas(os). **ABERTURA 13/03/2026:** O Presidente Edgilson Tavares de Araújo deu
435 início ao segundo dia da 346ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todas(os). A
436 Conselheira Ana Lúcia Soares pediu a inclusão na pauta do relato da Reunião da Comissão Eleitoral,
437 o que foi acatado. Em seguida, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo solicitou à Secretária-
438 Executiva do CNAS, Senhora Thais Pereira Braga, que realizasse a verificação do quórum. Verificada
439 a existência de quórum, avançou-se ao relato da reunião da Reunião Conjunta da Comissão de Política
440 da Assistência Social – CPAS e da Comissão de Normas da Assistência Social – CN, realizada no dia
441 11 de março de 2026. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Santana Marques elencou as(os)
442 conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
443 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Apreciação
444 da proposta de Resolução Conjunta CNAS/MDS que dispõe sobre a instituição da Rede Nacional de
445 Capacitação e Educação Permanente do SUAS – RENEP-SUAS. Convidado: Senhor Marcílio
446 Marquesini Ferrari, Coordenador-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente -
447 CGGTEP/DGSUAS/SNAS/MDS. Encaminhamento: O debate da proposta de resolução foi suspenso
448 para que o DGSUAS/SNAS alinhasse os pontos apresentados durante a reunião e apresentasse uma
449 nova versão para apreciação do CNAS, que será pautada na reunião da CPAS em abril de 2026; 2.
450 Apreciação da proposta de Resolução do CNAS a partir da pactuação na
451 Comissão Intergestores Tripartite – CIT em novembro/2025: Resolução que dispõe sobre a atuação
452 do Orientador Social ou Educador Social, no exercício da função de educador par, junto a povos e
453 comunidades tradicionais, grupos populacionais específicos, refugiados e migrantes, e regulamenta a
454 atuação do educado par. Encaminhamento: As Comissões de Normas e de Política da Assistência
455 Social recomendam ao Pleno a apreciação e aprovação, por quórum qualificado, da resolução anexa;
456 3. Resolução que altera a Resolução CNAS/MDS nº 144, de 27 de fevereiro de
457 2024. Encaminhamento: As Comissões de Normas e de Política da Assistência Social recomendam
458 ao Pleno a apreciação e aprovação da resolução anexa. O Conselheiro Ricardo de Santana Marques
459 informou que ambas as Resoluções estavam interligadas e fez a leitura do primeiro documento.

460 Aberto às manifestações, a Conselheira Titular Shirley de Lima Samico, representante da Secretaria
461 de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD, listou os normativos que
462 abarcavam o público da Resolução em debate, sendo eles o Decreto nº 11.016/2022, a Portaria nº
463 810/2022 e a Resolução CNAS nº 185/2025, sugerindo a inclusão na redação. A Conselheira Suplente
464 Irene Rodrigues da Silva, representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público
465 Municipal – CONFETAM/CUT, pediu que não houvesse diferenciação nas relações e contratações
466 de trabalho, ao que o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira concordou e respondeu que a função de
467 educador social par não tem piso salarial, mas sim referência mínima de remuneração. Depois, a
468 Conselheira Suplente Andréia Fernandes Teixeira, representante da Federação Nacional dos
469 Psicólogos – FENAPSI, sugeriu que o texto fosse padronizado para que, onde se lia “*rituais*”, inclui-
470 se “*rituais, celebrações e práticas coletivas*”. A Conselheira Aldenora Gomes González demonstrou
471 preocupação com a dificuldade de compreensão do documento pelas comunidades, ao que o
472 Conselheiro Titular Regis Aparecido Andrade Spíndola, SNAS, sugeriu a seguinte redação:
473 “*costumes (rituais, celebrações, práticas coletivas)*”, sendo acatada. Ainda, a Conselheira Aldenora
474 Gomes González sugeriu o encaminhamento da Resolução ao Conselho de Povos e Comunidades
475 Tradicionais. Dando continuidade, o Conselheiro Ricardo de Santana Marques fez a leitura da minuta
476 de Resolução que altera a Resolução CNAS/MDS nº 144, de 27 de fevereiro de 2024. A Conselheira
477 Titular Cleres Alvarenga Cavalcanti, representante do Conselho Estadual de Assistência Social –
478 CEAS, sugeriu incluir “*e Estados*” após “*recomenda-se ao municípios*”, no Artigo 1º. Não havendo
479 mais manifestações, encaminhou-se a votação da minuta de Resolução do CNAS que dispõe sobre a
480 atuação do Orientador Social ou Educador Social, no exercício da função de educador par, junto a
481 povos e comunidades tradicionais, grupos populacionais específicos, refugiados e migrantes, e
482 regulamenta a atuação do educado par e a minuta de Resolução que altera a Resolução CNAS/MDS
483 nº 144, de 27 de fevereiro de 2024. Votaram a favor da minuta os(as) Conselheiros(as) titulares ou
484 suplentes no exercício da titularidade: Aldenora Gomes González, Ana Lúcia Soares, Maria
485 Aparecida Guerra Vicente, Cleres Alvarenga Cavalcante, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira
486 Araújo, Ismael Utino Tavaloni, Margareth Alves Dallaruvera, Regis Aparecido Andrade Spíndola,
487 Shirley de Lima Samico, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Ricardo de
488 Santana Marques, Márcia de Carvalho Rocha e Edgilson Tavares de Araújo. Não foram registrados
489 votos contrários ou abstenções. Assim sendo, as minutas de Resoluções foram consideradas
490 aprovadas pela unanimidade dos presentes, com 15 votos favoráveis. Ato seguinte, avançou-se ao

491 relato da reunião da Reunião da Comissão de Política da Assistência Social – CPAS, realizada no dia
492 11 de março de 2026. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Santana Marques elencou as(os)
493 conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
494 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Apreciação
495 da proposta de resolução do CNAS a partir da pactuação na CIT em novembro/2025: Resolução que
496 dispõe sobre princípios, diretrizes e parâmetros para regionalização dos serviços de proteção social
497 especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na oferta do Serviço de Proteção
498 e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI, Serviço de Proteção Social a
499 Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de
500 Serviço a Comunidade, Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e
501 um anos e Serviços de Acolhimento de Adultos e Famílias. Encaminhamento: A Comissão realizará
502 Reunião Extraordinária Virtual no dia 24 de março, das 9h às 12h, para dar continuidade à discussão
503 da referida proposta de Resolução. A reunião foi cancelada e a Resolução seria pautada na reunião de
504 abril; 2. Outros assuntos; 2.1. Encaminhamentos relacionados à atual situação da População em
505 Situação de Rua em Londrina - pós reunião virtual com representantes de Londrina e do Estado do
506 Paraná. Encaminhamento: A Conselheira Andreia Fernandes e a Conselheira Rafaelly Machado da
507 Silva marcarão e coordenarão uma reunião virtual no mês de março com os representantes do CMAS
508 de Londrina, CEAS/PR e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para
509 População em Situação de Rua – CIAMP Rua de Londrina e do Paraná para planejamento e definição
510 de como e quando acontecerá a Missão à Londrina/PR, com o indicativo de acontecer após a reunião
511 do Pleno de abril; 3. Definição da pauta e principal ponto de pauta da reunião da Comissão
512 – abril/2026: 9h às 12h - Resolução que dispõe sobre a regionalização dos serviços de proteção social
513 especial; 14h às 15h - Apresentação do Relatório Trimestral do Programa Primeira Infância no SUAS,
514 no que tange aos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, em conformidade com a Resolução
515 CNAS nº 19/2016; Pauta de maio/2026: 9h às 11h - Apreciação da Minuta de Resolução do CNAS
516 sobre os parâmetros nacionais de acolhimento para jovens e adultos com deficiência em residências
517 inclusivas; 11h às 12h – Resultado da missão em Londrina; 14h às 15h - Discussão sobre o Serviço
518 de Acolhimento Institucional Provisório de Pessoas e de seus Acompanhantes que estejam em trânsito
519 e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de
520 residência. Não havendo manifestações, o relato da Reunião da Comissão de Política da Assistência
521 Social – CPAS foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Seguiu-se ao relato

522 da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - CFO, realizada no
523 dia 11 de março de 2026. Com a palavra, a Conselheira Aldenora Gomes González elencou as(os)
524 conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
525 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Apreciação
526 do Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social
527 – FNAS – exercício 2025. Convidado: DEFNAS. Encaminhamento: Aprovar o Relatório Final de
528 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – exercício
529 2025 com quórum qualificado. O Relatório seria lido e deliberado ao final da apresentação do relato;
530 2. Esclarecimento quanto ao posicionamento da PEC nº 383/2017 e proposições. Convidados:
531 ASPAR/MDS e Frente Parlamentar do SUAS. Encaminhamentos: a) Realizar audiência Pública com
532 a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância e Adolescência e Família da Câmara dos
533 Deputados e a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, solicitando aprovação da PEC nº 383/2017;
534 b) Realizar mobilização com os CEAS, CONGEMAS, FONSEAS, Fórum Nacional dos Conselhos
535 Estaduais de Assistência Social - FONACEAS, Fóruns de usuários, trabalhadores e entidades,
536 gestores e outros movimentos para participação na audiência pública; c) A Comissão produzirá
537 documento para encaminhar a todos parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS
538 esclarecendo a importância da aprovação da PEC nº 383/2017 para execução da Política de
539 Assistência Social; d) A representação da Frente Parlamentar encaminhará a relação e partidos de
540 todos integrantes da Frente Parlamentar do SUAS para realização de incidências; e) Solicitar
541 audiência com o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais no Senado, Senador Marcelo Castro/PI,
542 para tratar da aprovação da PEC nº 383/2017; 3. Articulação e fortalecimento do orçamento da
543 assistência social pelos entes. Convidados: CONGEMAS e FONSEAS. Encaminhamentos: a)
544 Realizar reunião com Associação Brasileira de Municípios - ABM, Confederação Nacional de
545 Municípios - CNM e a Frente Nacional dos Prefeitos – FNP, no dia 04 de maio de 2026 para debate
546 sobre a PEC nº 383/2017 – maio/2026; b) Solicitar à CNM a participação do CNAS em uma mesa de
547 debate sobre o financiamento do SUAS na Marcha dos Prefeitos 2026; c) Mobilizar os movimentos
548 de usuários, trabalhadores e entidades; 4. Apresentação e diálogo sobre os seguintes assuntos: 4.1.
549 Balanço anual do IGD-PBF ref. 2025 e orçamento para 2026; 4.2. Alteração da Portaria 1.041/2024
550 (IGD); 4.3. Implementação de novas questões no Agiliza SUAS para os conselhos na prestação de
551 contas do Índice de Gestão Descentralizada - IGD-PBF; Convidados: SENARC e DEFNAS. A
552 Conselheira Aldenora Gomes González destacou o índice histórico atingido pelo Índice de Gestão

553 Descentralizada dos Estados - IGD-E em dezembro e a redução na quantidade de municípios com
554 pendências na prestação de contas. Informou que, em 2025, foram repassados R\$ 837,5 milhões pelo
555 IGD e que o saldo em conta em dezembro era de 5,08% do total transferido. Citou os redutores
556 financeiros nos níveis estaduais e municipais, disse que 95,48% do orçamento anual de 2025 tinha
557 sido executado, somando R\$ 837 milhões, e mencionou a proposta de destinação de percentual
558 mínimo com base no porte do município, em que os municípios de pequeno porte receberiam 10%,
559 os de médio porte 8%, os grandes 5% e as metrópoles 3%. Prosseguiu à leitura da memória da Reunião
560 com os encaminhamentos da Comissão: a) Solicitar à SENARC que fosse apresentado o IGD-PBF
561 na próxima Reunião Descentralizada e Ampliada, em abril; b) Sugerir ao pleno o debate sobre a
562 alteração do Artigo 6o da Resolução CNAS/MDS nº 202/2025, a partir da Proposta de Escalonamento
563 referente aos percentuais mínimos dos recursos do IGD-PBF a serem aplicados no Controle Social,
564 apresentada pela SENARC; 5. Apreciação do Relatório Final de Execução da Ação 8249 –
565 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, exercício 2025. Convidado: Secretaria
566 Executiva. Por falta de disponibilidade de tempo, o item não foi apreciado, sendo pautado na reunião
567 do mês de abril da Comissão; 6. Elaboração de manifesto para assegurar manutenção do orçamento
568 da assistência social. Encaminhamento: Encaminhar o manifesto sobre o orçamento da Política de
569 Assistência Social aos governadores, prefeitos, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores;
570 7. Outros assuntos; 7.1. Apreciação da minuta que altera o Artigo 4º da Resolução CNAS/MDS nº
571 177/2024, sobre os critérios de transferências de recursos pelo MDS, no âmbito do SUAS, alocados
572 na Ação Orçamentária “219G - Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do
573 Sistema Único de Assistência Social - SUAS” e dá outras providências. Encaminhamento: A
574 Comissão sugere a aprovação da Minuta de Resolução; 8. Definição da Pauta do mês de abril/2026,
575 convidados e ponto principal; 8.1. Continuação de apreciação do Plano de ação da comissão. (Assunto
576 principal); 8.2. Elaboração de manifesto para assegurar manutenção do orçamento da assistência
577 social; 8.3. Apreciação do Relatório Final de Execução da Ação 8249 – Funcionamento dos
578 Conselhos de Assistência Social, exercício 2025. Convidado: Secretaria Executiva; 8.4. Realizar
579 reunião com Associação Brasileira de Municípios - ABM, CNM e a FNP no dia 04 de maio de 2026
580 para debate sobre a PEC nº 383/17 (pauta maio); 8.5. Outros assuntos; 8.6. Definição da Pauta do
581 mês de maio/2026, convidados e ponto principal. Adiante, a Senhora Bruna Angélica Ribeiro, FNAS,
582 apresentou a nota explicativa do quarto trimestre de 2025 e a execução dos recursos destinados ao
583 SUAS durante o exercício de 2025. Lembrou que tinham sido destinados ao FNAS R\$ 122 bilhões

em 2025, falou sobre as tentativas de créditos orçamentários e listou que, em dezembro, tinham sido suplementados: a Ação 217M – Primeira Infância no SUAS, com R\$ 45 milhões; a Proteção Social Básica, com R\$ 112 milhões; e a Proteção Social Especial, com R\$ 33,5 milhões. Detalhou os valores dotados, empenhados e pagos para cada uma das ações orçamentárias da assistência social. Mencionou que os valores da execução dos restos a pagar de um ano para outro tinham sido reduzidos significativamente. Depois, demonstrou os pagamentos por componentes dos serviços separados por trimestre. Dando prosseguimento, a Conselheira Aldenora Gomes González fez a leitura do Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – exercício 2025. Não havendo manifestações, encaminhou-se a votação do Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – exercício 2025. Votaram a favor da minuta os(as) Conselheiros(as) titulares ou suplentes no exercício da titularidade: Aldenora Gomes González, Ana Lúcia Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Cleres Alvarenga Cavalcante, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavaloni, Margareth Alves Dallaruvera, Regis Aparecido Andrade Spíndola, Ricardo de Santana Marques, Shirley de Lima Samico, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Márcia de Carvalho Rocha e Edgilson Tavares de Araújo. Não foram registrados votos contrários ou abstenções. Assim sendo, o Relatório Final foi considerada aprovado pela unanimidade dos presentes, com 16 votos favoráveis. Seguindo com a análise dos pontos debatidos pela CFO, a Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles sugeriu o encaminhamento de um documento para todos os parlamentares da Frente Parlamentar do SUAS reforçando a importância da aprovação da PEC nº 383/2017, tratando-se o Item 2 do relato, o que foi aceito. Acerca do Item 4 do relato, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo registrou os seguintes encaminhamentos, em tratando-se da alteração da Portaria 1.041/2024 (IGD) e proposta de escalonamento da distribuição dos valores de acordo com o porte dos municípios: a) Solicitar à SENARC que encaminhe a proposta de implementação e que seja apresentada no pleno de abril; b) Consultar a CONJUR sobre qual o instrumento para implementação, no âmbito do MDS e CNAS. Já o Conselheiro Ricardo de Santana Marques apontou que a SENARC deveria dialogar com o CONGEMAS antes de levar a proposta para o CNAS, sendo os três encaminhamentos aceitos. Então, a Conselheira Titular Itanamara Guedes Cavalcante, representante da SENARC, explicou que a Secretaria tinha apresentado à CFO uma proposta de instrução normativa, não uma Resolução, e que estava aberta à debates. Então, a Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles fez a leitura da minuta que altera o Artigo 4º da Resolução

615 CNAS/MDS nº 177/2024. Não havendo manifestações, encaminhou-se a votação da minuta que
616 altera o Artigo 4º da Resolução CNAS/MDS nº 177/2024. Votaram a favor da minuta os(as)
617 Conselheiros(as) titulares ou suplentes no exercício da titularidade: Aldenora Gomes González, Ana
618 Lúcia Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Cleres Alvarenga Cavalcante, Elias de Souza
619 Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavaloni, Margareth Alves Dallaruvera, Regis
620 Aparecido Andrade Spíndola, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Ricardo de Santana
621 Marques, Shirley de Lima Samico, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,
622 Márcia de Carvalho Rocha e Edgilson Tavares de Araújo. Não foram registrados votos contrários ou
623 abstenções. Assim sendo, a minuta de Resolução foi considerada aprovada pela unanimidade dos
624 presentes, com 16 votos favoráveis. Não havendo manifestações, o relato da Reunião da Comissão
625 de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - CFO foi aprovado pela unanimidade das(os)
626 conselheiras(os) presentes. Com a palavra, a Conselheira Emilene Oliveira Araújo lembrou a
627 demanda do dia anterior de prorrogação da Resolução nº 182 e o Conselheiro Thiago Szolnoky de
628 Barbosa Ferreira Cabral prosseguiu à leitura da minuta de Resolução que dispõe sobre a medida
629 excepcional relativa à manutenção e inscrição das entidades e organizações da sociedade civil de
630 assistência social que atuam no assessoramento, defesa e garantia de direitos regulamentadas pela
631 Resolução CNAS nº 182 de 2025, e das outras providências, tendo em vista o prazo para as
632 adequações previstas. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo registrou que, aprovada a Resolução,
633 o DRSP se comprometeria a elaborar uma nota técnica com relação ao processo de certificação. Não
634 havendo manifestações, encaminhou-se a votação da minuta de Resolução supracitada. Votaram a
635 favor da minuta os(as) Conselheiros(as) titulares ou suplentes no exercício da titularidade: Aldenora
636 Gomes González, Ana Lúcia Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Cleres Alvarenga Cavalcante,
637 Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavaloni, Margareth Alves
638 Dallaruvera, Regis Aparecido Andrade Spíndola, Ricardo de Santana Marques, Mallon Francisco
639 Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima Samico, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa
640 Ferreira Cabral, Márcia de Carvalho Rocha e Edgilson Tavares de Araújo. Não foram registrados
641 votos contrários ou abstenções. Assim sendo, a minuta de Resolução foi considerada aprovada pela
642 unanimidade dos presentes, com 16 votos favoráveis. Após o intervalo, o Presidente Edgilson Tavares
643 de Araújo deu a palavra ao Senhor Leovani, que abordou a greve dos trabalhadores do SUAS no
644 Distrito Federal, pedindo o apoio do CNAS. Resumiu que as reivindicações envolviam o orçamento
645 e as mudanças na gratificação dos trabalhadores. Pediu também que os representantes do Governo

646 ajudassem o movimento a conseguir uma agenda com o Ministro do MDS Wellington Dias e com o
647 Governador do DF Ibaneis Rocha. Isto posto, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera demonstrou
648 solidariedade e sugeriu que o CNAS aprovasse uma nota de apoio ao movimento. A Conselheira
649 Andréia Fernandes Teixeira também registrou apoio, em nome do Sindicato dos Psicólogos do
650 Distrito Federal e da FNP, fala ecoada pela Conselheira Irene Rodrigues da Silva, pela Conselheira
651 Solange Bueno, pela Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha e pelo Conselheiro Elias de Sousa
652 Oliveira, que registrou que a categoria estava lutando por isonomia na carreira, não por aumento
653 salarial. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo acrescentou que a luta era antiga e encaminhou a
654 elaboração de uma nota de apoio e a abertura de diálogo do CNAS com o CAS/DF. Já a Conselheira
655 Margareth Alves Dallaruvera sugeriu uma reunião com representantes do CAS/DF, da CAC e da
656 Presidência Ampliada. Ato contínuo, seguiu-se ao relato da reunião da Comissão de
657 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social – CAC, realizada no dia 11 de março de 2026.
658 Com a palavra, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera elencou as(os) conselheiras(os),
659 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
660 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Informes: 1.1. A conclusão da
661 pesquisa da CAC de acompanhamento dos desdobramentos do Relatório de Avaliação da CGU
662 (2024); 1.2. O balanço da agenda de produção de podcasts com a Assessoria de Comunicação -
663 ASCOM, por meio do Fala MDS, e com a Federação Nacional das Associações Pestalozzi -
664 FENAPESTALOZZI, por meio do programa “E aí, Conselhos?”; 1.3. O início da construção do
665 espaço “CNAS em Movimento”, em parceria com a SAGICAD, conforme decidido pela 345ª RO do
666 CNAS; 1.4. Desdobramentos de reunião conjunta CAC e CFO referente ao “Guia Didático dobre o
667 Papel dos(as) Conselheiros(as) do Controle Social da Assistência Social”. Encaminhamento: Aprovar
668 novo cronograma, conforme segue: solicitar contribuições até 21/03; até dia 30/03 fechar texto do
669 material com a SE/CAC e Professora Eleonora; revisar o material até dia 10/04; e apresentar na
670 plenária de abril de 2026; 1.5. Denúncia encaminhada à CAC relativo ao CEAS-
671 AP. Encaminhamentos: a) Agendar reunião extraordinária da CAC com o CEAS-AP (todos
672 convidados) no dia 06/04 às 14h30 às 16h30; b) Solicitar o Regimento Interno do CEAS-AP; c) Enviar
673 por e-mail aos conselheiros da CAC a nota, a denúncia apresentadas ao CNAS, e o RI do CEAS-PA
674 antes da reunião; 2. Avaliação da Reunião Trimestral e sistematização das propostas produzidas na
675 Reunião Trimestral para Reuniões Regionais de 2026, definindo datas, metodologias e temas.
676 Encaminhamentos sugeridos à PA: a) Reunião extraordinária virtual da CAC dia 23 de março; b)

677 Reunião extraordinária da CAC no dia 13 de abril, de forma presencial antes da RDA, para
678 fechamento das programações das reuniões regionais, considerando que faltam confirmações e
679 desenhos de programações diferentes. O primeiro encaminhamento foi aceito pela PA e o segundo
680 foi retirado, uma vez que não aconteceria mais a RDA. Encaminhamentos sugeridos à plenária: a)
681 Enviar ofícios CNAS sobre os locais com os indicados estipulando prazo de resposta até dia 22 de
682 março para fechamento da programação em reunião extraordinária do dia 23 de março; b) A
683 Secretaria Executiva irá preparar minutas de programação conforme resultados da Trimestral para
684 apreciação em reunião extraordinária virtual da CAC dia 23 de março, às 14h30. Então, o Presidente
685 Edgilson Tavares de Araújo demonstrou preocupação com a proposta de eventos híbridos em
686 tratando-se das Reuniões Trimestrais, argumentando que poderiam causar o esvaziamento presencial
687 e lembrando das dificuldades técnicas de participação à distância. Isto posto, concordou com a
688 transmissão do evento ao vivo, além de sugerir que fosse pautada a Resolução nº 182 em todas as
689 Regiões e de pedir atenção para não haver sobreposições das datas dos eventos. A Senhora Thaís
690 Pereira Braga lembrou que os eventos das Regiões Sul e Sudeste sempre eram unificados, mas que
691 desta vez estavam separados, ao que a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera justificou que as
692 Regiões pediram que os eventos fossem separados, sendo que os Estados da Região Sul apontaram
693 as dificuldades de locomoção caso a reunião fosse no Sudeste e argumentaram que as realidades dos
694 territórios eram diferentes. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo julgou a demanda como
695 legítima, desde que o evento não fosse híbrido, e indicou que os convidados e conselheiros deveriam
696 ser preferencialmente das respectivas Regiões, demonstrando preocupação com os custos. Somou que
697 os convidados precisariam ser validados pelos CEAS locais e sugeriu que as novas Resoluções do
698 CNAS fossem distribuídas impressas. Seguiu-se com o relato da reunião da CAC: 3. Revisão do Plano
699 de Ação da CAC: A CAC fez novo balanço e registro das ações realizadas a partir das metas e
700 objetivos do seu plano de Ação, tendo cumprido com alguns e verificado a necessidade de alguns
701 encaminhamentos para outros, conforme segue: 3.1. Checar com o professor Edval Bernardino e
702 convidado do DGSUAS para realização de live sobre Paridade e proporcionalidade. Tema: paridade
703 e proporcionalidade nos conselhos da assistência social. Convidados: Professor Edval e convidado
704 DGSUAS. Mediador: Margareth Dallaruvera. Objetivo: Mobilizar os CAS para que a participação de
705 trabalhadores, entidades e Organizações da Sociedade Civil - OSC de assistência social e usuários
706 seja ampliada, seguindo a regulação do SUAS. A Conselheira Shirley de Lima Samico pediu que a
707 live fosse incluída no cronograma do CNAS; 3.2. Articular com a SNAS ações de educação

708 permanente para trabalhadores, usuários e entidades OSC, de assistência social, voltadas à ampliação
709 da participação social, seguindo a regulação do SUAS, nas seguintes ações: 3.2.1. Inserir o tema de
710 mobilização e organização dos usuários, trabalhadores, entidades e OSC de assistência social do
711 SUAS, nas ações de capacitação e educação permanente, considerando a diversidade de seus vínculos
712 e das possibilidades de organização; 3.2.2. Desenvolver ações de sensibilização para incentivar a
713 aplicação das Resoluções nº 99 e 100/2023, no âmbito dos Conselhos de Assistência Social; 3.2.3.
714 Articular com a SNAS criação de espaço virtual na Escola Simone Albuquerque, dedicada ao CNAS,
715 iniciando com os podcasts gravados em 2025; 3.3. A SE/CNAS fará pesquisa *google forms* com os
716 CEAS sobre a presença de Comissões de Acompanhamento aos Conselhos nos conselhos estaduais;
717 3.4. Encaminhar para o Departamento de Avaliação da SAGICAD a demanda para desenho de
718 avaliação por amostra sobre o assessoramento prestado pelos CEAS aos respectivos CMAS. O
719 Conselheiro Elias Sousa de Oliveira opinou que a pesquisa deveria ser feita pelo próprio CNAS e que
720 não poderia ser por amostragem. Assim sendo, a plenária encaminhou para eu fosse analisada a
721 melhor estratégia para viabilização da realização da pesquisa. 3.5. Encaminhar para a professora
722 Eleonora Cunha o Plano de Ação da CAC com as anotações de revisão para ajustes e apresentação
723 em maio na CAC; 4. Definição da pauta de maio da CAC; 4.1. Preparar a Trimestral de junho de
724 2026, com um dia e meio de programação, se aprovado pela PA (ponto principal); 4.2. Balanço do
725 Plano de Ação da CAC revisto pela professora Eleonora Cunha; 4.3. Apreciação da minuta de
726 apresentação da CAC feita pela secretaria executiva dos trabalhos desenvolvidos de junho de 2024 a
727 junho de 2026. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo afirmou que a programação de um dia e
728 meio para a trimestral geraria custos, o que precisaria ser avaliado, não podendo ser aceito à data.
729 Então, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera lembrou que, caso a trimestral não tivesse um dia
730 e meio de programação, os representantes dos Estados não estariam presentes na posse dos novos
731 conselheiros. Definiu-se que a Reunião Trimestral dar-se-ia no dia 9 de junho, enquanto a posse seria
732 no dia 10. Prosseguiu-se com o relato: Encaminhamentos feitos à PA: Solicita que a reunião
733 Trimestral de junho de 2026 seja de um dia e meio de duração, com a vinda de um representante de
734 entidades ou OSCs. Se possível, que o conselheiro representante de entidades financiado pelo CNAS,
735 conforme rodízio, seja também membro de comissão de acompanhamento aos conselhos. Não
736 havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
737 Assistência Social - CAC foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Ainda,
738 seguiu-se ao relato da reunião da Presidência Ampliada - PA, realizada no dia 11 de março de 2026.

739 Com a palavra, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo elencou as(os) conselheiras(os),
740 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
741 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Convites: 1.1. Ofício nº 299/2026
742 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, recebido no dia 10 de março, onde convida
743 este Conselho Nacional para a Cerimônia de posse da Presidenta Ivana Cláudia Leal de Souza, a
744 realizar-se no dia 12 de março de 2026, das 8h às 13h, em Brasília/DF. Solicita a confirmação de
745 participação até 11 de março de 2026. Encaminhamento da PA: Declinar o convite; 1.2; Ofício
746 Circular nº 03/2026, recebido no dia 03 de março, onde a Secretaria Nacional de Assistência Social,
747 por intermédio do Departamento de Proteção Social Básica - DPSB/SNAS, convida para o evento de
748 Lançamento do caderno de orientações para o CRAS: “Trabalho Social com Famílias e Territórios
749 no PAIF na Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres- Trilha 3”, que será
750 realizado no dia 17 de março de 2026, às 09h, em Brasília - DF. Encaminhamento da PA: Confirmar
751 a presença do Presidente; 1.3. Ofício Circular nº 003/2026, da Secretaria de Assistência e
752 Desenvolvimento Social – SEADES – Salvador/BA, recebido no dia 06 de março, onde convida para
753 Cerimônia de Premiação da Primeira Fase do Selo SUAS Bahia, ação estratégica voltada ao
754 reconhecimento de práticas qualificadas e inovadoras no âmbito da Política de Assistência Social, no
755 dia 18 de março às 14h, em Salvador/BA. Encaminhamento da PA: Consultar a Conselheira Jucileide
756 Nascimento. A Conselheira Suplente Jucileide Ferreira do Nascimento, Conselho Federal de Serviço
757 Social – CFESS, aceitou e pediu autorização para entregar o Prêmio Simone Albuquerque às duas
758 trabalhadoras do SUAS de Salvador que não puderam participar da premiação, o que foi aprovado;
759 1.4. Ofício nº 04/2026, recebido no dia 23 de fevereiro, pelo qual o MDS e a SNAS, por intermédio
760 do DGSUAS, convidam o CNAS para participar do XIII Encontro Nacional de Vigilância
761 Socioassistencial e I Encontro Nacional das Escolas do SUAS, a realizar-se nos dias 19 e 20 de março
762 de 2026, em Belo Horizonte/MG. O convite é para a mesa de abertura. Encaminhamento da PA:
763 Confirmar a presença do Presidente (não há necessidade de emissão de passagens pelo CNAS); 1.5.
764 E-mail da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recebido no dia 05 de março, onde convida para participar
765 do seminário “Como o Brasil saiu do Mapa da Fome?”, que será realizado nos dias 19 e 20 de março
766 de 2026, no Rio de Janeiro. Encaminhamento da PA: Consultar a Conselheira Maria Aparecida
767 Guerra. A Conselheira Maria Aparecida Guerra aceitou; 1.6. E-mail recebido no dia 09 de março,
768 pelo qual o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC em articulação com o
769 Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, convida para o Evento de Lançamento do Projeto

770 “Protegendo Futuros: fortalecendo sistemas de proteção e resiliência frente à violência, drogas e
771 crime”, no dia 20 de março de 2026, em Brasília. Encaminhamento da PA: Consultar o Conselheiro
772 Regis Spindola ou Conselheiro Mallon Francisco Felipe Rodrigues Aragão. O Conselheiro Mallon
773 Francisco Felipe Rodrigues Aragão dispôs-se a participar; 1.7. Ofício nº 05/2026 do Fórum Estadual
774 dos Usuários do SUAS de Santa Catarina – FEUSUAS/SC, recebido no dia 03 de março, onde
775 convida para o Seminário dos 10 anos de Criação do FEUSUAS/SC e da VII Assembleia Geral do
776 FEUSUAS/SC, no dia 24 de março de 2026, em Florianópolis/SC. Encaminhamento da PA:
777 Consultar a conselheira Solange Bueno. A Conselheira Solange Bueno concordou em ir; 1.8. Ofício
778 Circular nº 33/2026 da Secretaria Nacional de Participação Social, recebido no dia 13 de fevereiro,
779 onde convida para Fórum Interconselhos – edição de março de 2026, que será realizado nos dias 24
780 e 25 de março de 2026, das 8h às 18h, em Brasília - DF. Cada Conselho ou Colegiado Nacional
781 poderá indicar 6 (seis) representantes da sociedade civil, com mandato vigente, para compor o Fórum
782 Interconselhos. As indicações poderão contemplar tanto membros titulares quanto suplentes e
783 deverão ser encaminhadas até o dia 13 de março. Encaminhamento da PA: Consultar os(as)
784 conselheiros(as) Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Ismael Utino Tavaloni, Andréia
785 Teixeira Fernandes e Irene Rodrigues da Silva. Solicitar passagens fora do prazo com urgência. O
786 Presidente Edgilson Tavares de Araújo reforçou que as passagens seriam solicitadas, mas que não
787 tinha certeza se a solicitação seria atendida por ter passado do prazo. Encaminhamento da Plenária:
788 Convocar os(as) conselheiros(as) Clóvis Alberto Pereira (usuários), Andréia Fernandes Teixeira
789 (trabalhadores) e Keure Chamse Afonso de Oliveira Oliveira (entidades); 1.9; Ofício nº 58/2026 da
790 Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, recebido no dia 06 de
791 março, onde convida para participar da entrega do Relatório Final da Missão Institucional em
792 Brasília/DF, que será realizada no dia 26 de março de 2026, às 09 horas, no auditório da Câmara
793 Legislativa do Distrito Federal - CLDF. Indicar representantes até o dia 19/03/2026. Encaminhamento
794 da PA: Consultar os conselheiros que residem em Brasília/DF. Encaminhamento da Plenária:
795 Convocar a Conselheira André Fernandes Teixeira (caso consiga passagens para o Fórum
796 Interconselhos). Se não, consultar conselheiros que residem em Brasília; 1.10. Ofício Circular nº
797 03/2026 da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, recebido no
798 dia 06 de março, onde convida para Lançamento do Plano de Ação da Rede Federal de Fiscalização
799 do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único – 2026, a realizar-se em 30 de março de 2026, às
800 9h, no Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Encaminhamento da PA: Declinar o convite

801 considerando que não houve aprovação da resolução na reunião conjunta em março; 1.11. Ofício no
802 03/2026 do FONACEAS, recebido no dia 09 de fevereiro, onde convida para o 69º Encontro Nacional
803 do FONACEAS será realizado na cidade de Vitória/ES, entre os dias 30 de março e 01 de abril de
804 2026. O convite é para conduzir o Painel Magno do evento, com o tema: "Conjuntura e Desafios do
805 Controle Social no SUAS" no dia 30 de março de 2026, das 10h30 às 12h30. Encaminhamento da
806 PA: Confirmar a presença da Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha; 1.12. Ofício nº 04/2026 do
807 FONACEAS, recebido no dia 09 de fevereiro, onde convida a Secretária Executiva do CNAS para o
808 69º Encontro Nacional do FONACEAS, na cidade de Vitória/ES, entre os dias 30 de março e 01 de
809 abril de 2026. O convite é para compor e conduzir o debate no Painel Temático: "O Fortalecimento
810 das Secretarias Executivas no SUAS" no dia 30 de março de 2026, das 14h às 16h. Encaminhamento
811 da PA: Confirmar a presença da Secretária Executiva do CNAS; 1.13. Ofício nº 07/2026, recebido
812 no dia 13 de fevereiro, onde a SNAS por meio da Força de Proteção do SUAS - FORSUAS, convida
813 para participar do Encontro Proteção Social Especial: Vínculos, Territórios e Emergências, em
814 Brasília/DF nos dias 30, 31/03 e 01/04 de 2026, das 9h às 18h. Em especial, convida dois
815 representantes do CNAS para compor a Mesa de Abertura, a ser realizada no dia 30 de Março, das
816 10h às 12h. Ressalta que as participações devem ser de: 1 Representante do CNAS e 1 Representante
817 das entidades da Sociedade Civil. Encaminhamento da PA: Confirmar a presença do Conselheiro
818 Elias Oliveira (Governo) e da Conselheira Ana Lúcia Soares (sociedade civil). Encaminhamento da
819 Plenária: O evento será adiado. Aguardar a indicação da nova data; 1.14 Ofício Circular nº 52/2026,
820 recebido no dia 05 de março, pelo qual a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da
821 Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CNODS, em conjunto com
822 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, convida para participar do IV Encontro de
823 Produtores de Informação Visando à Agenda 2030, a ser realizado nos dias 30 e 31 de março de 2026,
824 em Brasília. Encaminhamento da PA: Confirmar a participação da Conselheira Aldenora Gomes
825 González (não precisará de passagens). A Conselheira Aldenora Gomes González concordou; 1.15.
826 Ofício nº 30/2026, recebido no dia 26 de fevereiro, onde a Federação de Consórcios, Associações de
827 Municípios e Municípios de Santa Catarina – FECAM, por meio do Colegiado Estadual de
828 Assistência Social - COAS, com o apoio do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de
829 Assistência Social de Santa Catarina, convida para o Fórum Estadual de Assistência Social, no
830 município de Piratuba/SC, nos dias 07 e 08 de abril. O convite é para compor a mesa de abertura do
831 evento, prevista para a manhã do dia 07 de abril. Caso a Presidência não possa participar, eles sugerem

832 a participação da Conselheira Solange Bueno que reside no estado de SC. Encaminhamento da PA:
833 Verificar as possibilidades de viabilizar ajuda de custo para participação da Conselheira Solange
834 Bueno, considerando que ela reside em Palhoça. A Conselheira Solange Bueno aceitou participar do
835 evento, ficando pendente de definição o modal de transporte; 1.16. Ofício nº 17/2026 do
836 COEGEMAS/BA, recebido no dia 24 de fevereiro, onde convida para XV Encontro Baiano de
837 Gestores Municipais de Assistência, com tema central: Esperançar o SUAS: “Gestores Municipais
838 Construindo Caminhos de Proteção Social, Dignidade e Direitos, nos dias 13, 14 e 15 de abril de
839 2026, em Juazeiro – BA. O convite é para a mesa de abertura que acontecerá no dia 13 de abril, a
840 partir das 18h. Solicita também a gentileza para a divulgação do evento nos meios de comunicação
841 do CNAS e outros canais de comunicação. Encaminhamento da PA: Confirmar a presença do
842 Presidente; 1.17. Ofício nº 09/2026 do CEAS/BA, recebido no dia 09 de março, onde convida a
843 Secretária Executiva do CNAS para a 1ª Reunião Descentralizada do CEAS/BA com os CMAS nos
844 dias 14 e 15 de abril em Juazeiro/BA, especialmente na solenidade de abertura, dia 14 e na Oficina
845 de Secretaria Executiva: Estruturação, Funcionamento e Competências, que ocorrerá no dia 15 de
846 Abril de 2026. Encaminhamento da PA: Declinar o convite por coincidir com o pleno do CNAS;
847 1.18. Ofício nº 01/2026 do FEUSUAS/MA, recebido no dia 23 de fevereiro, onde convida para o V
848 Encontro Estadual da Sociedade Civil do SUAS, que ocorrerá na cidade de Santa Inês/MA, nos dias
849 28 e 29 de abril de 2026, das 8h às 18h, com o tema central “20 anos do SUAS, conquistas e desafios
850 para a Sociedade Civil: o que foi feito e o que falta fazer para garantir direitos sociais”. Solicita a
851 participação de conselheiros(as) do CNAS, representando os segmentos dos(as) Usuários(as), dos(as)
852 Trabalhadores(as) e das Entidades e Organizações de Assistência Social, para proferir palestras sobre
853 o tema proposto pelo encontro. Encaminhamento da PA: Aguardar a indicação da Sociedade Civil
854 após a reunião de alinhamento. Foi indicada a Conselheira Solange Bueno; 1.19. Ofício nº 565/2026
855 do Conselho Federal de Psicologia - CFP, recebido no dia 08 de março, onde convida o CNAS para
856 aderir à mobilização nacional em defesa da Reforma Psiquiátrica e do cuidado em liberdade para
857 crianças e adolescentes. Ações solicitadas: a) Mobilização de Votos: Incentivar o posicionamento
858 contrário ("Discordo Totalmente") às enquetes dos Projetos de Lei no 4.183/2024 e no 1.822/2024 na
859 Câmara dos Deputados; b) Apoio Institucional: Adesão formal à "Nota de Posicionamento pelo
860 Cuidado em Liberdade para Crianças e Adolescentes"; c) Manifesto Conjunto: Envio da logomarca
861 institucional em alta resolução para compor o manifesto. Prazo: Data limite: (13/03), até às 17h.
862 seriam feitas postagens em redes sociais em colaboração com o CFP, o CFESS e o Conselho Nacional

863 dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; 2. Reunião Descentralizada e Ampliada do
864 CNAS – 14 e 15 de abril de 2026. Encaminhamentos da PA: a) Sugere-se que as duas RDAs de 2026
865 sejam realizadas no segundo semestre; b) Sugere-se que o tema central da próxima RDA seja: “Os
866 projetos de sociedade em disputa: O lugar do SUAS e do Controle Social”; c) Informar ao CEAS
867 Paraíba que a RDA foi adiada para os dias 7 a 9 de julho. Consultar se é possível sediar a RDA na
868 data proposta; d) Cronograma 347ª Reunião Ordinária: 14/04 - Reuniões das Comissões, dias 15 e
869 16/04 - pleno. A reunião da Comissão Eleitoral seria no dia 17/04; 3. Moções. Encaminhamento da
870 PA: Encaminhar as moções para apreciação no âmbito da Comissão de Controle Social das
871 Deliberações das Conferências de Assistência Social; 4. A Conselheira Maria Carolina solicita espaço
872 na reunião plenária do CNAS para apresentar o Plano Nacional de Cuidados. Encaminhamento da
873 PA: Sugere-se que a apresentação aconteça no pleno de junho. A Conselheira Maria Carolina Pereira
874 Alves pediu que a apresentação fosse feita em maio, pensando na troca de conselheiros, o que é
875 acatado. 5. Ofício nº 42/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pimenta Bueno/RO,
876 recebido no dia 28 de janeiro, onde solicita a inclusão de bicicletas elétricas no rol de veículos
877 padronizado do SUAS, Portaria nº 69, de 24 de junho de 2022, considerando ser mais adequado para
878 a realização das visitas do novo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para gestantes e
879 crianças de 0 a 6 anos. Encaminhamento da PA: Encaminhar para conhecimento e avaliação da
880 SNAS; 6. Ofício nº 31/2026 do CREAS de Orizona/GO, recebido no dia 05 de fevereiro, solicita
881 apoio técnico do CNAS e CONANDA devido à precariedade dos serviços de acolhimento contratados
882 em municípios vizinhos. Encaminhamentos da PA: a) Encaminhar a demanda para os CMAS de
883 Cristianópolis, Goianésia, Palmelo e Orizona solicitando informações aos Conselhos sobre a
884 regularidade e padrões de provisões dos serviços; b) Responder a demandante que, caso a demanda
885 se trata de uma denúncia e caso as organizações contratadas tenham Certificado de Entidade
886 Beneficente de Assistência Social - CEBAS, orientar que encaminhe também para o DRSP para
887 providências cabíveis. A Conselheira Shirley de Lima Samico acrescentou que o CEAS/GO também
888 deveria ser demandada, ao que o Conselheiro Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão sugeriu
889 encaminhar para a Secretaria de Estado da Assistência Social do Goiás. 7. Ofício nº 015/2026 do
890 CEAS/PR, recebido no dia 19 de fevereiro, onde apresenta a manifestação acerca da necessidade de
891 aperfeiçoamento do sistema CADSUAS, especialmente no que se refere à identificação da
892 representatividade dos membros da sociedade civil. Encaminhamento da PA: Encaminhar à
893 SNAS/DGSUAS para providências; 8. Resposta do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre

894 Drogas - CEPOPD/RJ, recebido no dia 27 de fevereiro, sobre a denúncia referente a Associação
895 Solidários Amigos de Betânia - Rio de Janeiro/RJ. Encaminhamentos da 345ª Reunião Ordinária
896 sobre a demanda: a) Encaminhar ao CEAS e ao Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas
897 – CEPOPD para conhecimento e providências; b) Responder ao demandante sobre os
898 encaminhamentos; c) A Vice-presidente Márcia de Carvalho Rocha e Conselheira Margareth
899 Dallaruvera realizarão visita in loco à associação, juntamente com o CEAS. A Conselheira Maria
900 Aparecida Guerra também participaria da visita, que não aconteceu. Encaminhamento da PA: a)
901 Encaminhar ofício para o CMAS consultando qual a regularidade da inscrição da entidade. Aguardar
902 resposta do CMAS; b) Consultar o CMAS sobre o processo de fiscalização dessa entidade e se não há
903 atividades relacionada a Comunidade Terapêutica, qual tipo de serviço socioassistencial realizado na
904 entidade, se está em regularidade com a equipe de referência e metodologia de trabalho em
905 consonância com as normativas do CNAS; 9. E-mail do CMAS de Belo Horizonte/MG, recebido no
906 dia 27 de fevereiro, onde encaminha a Nota de Repúdio do CMAS-BH em relação a decisão da
907 Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG, que absolveu um homem de 35
908 anos acusado de violência sexual contra uma menina de 12 anos, utilizando como fundamento a
909 existência de suposto vínculo afetivo e a ciência de familiares. Encaminhamento da PA: Responder
910 que o CNAS apoia a nota de repúdio e que é signatário, caso exista espaço para isso; 10. Ofício nº
911 45/2026 do CEAS/SE, recebido no dia 02 de março, solicita a este Conselho Nacional que articule
912 junto aos setores competentes o ajuste dos perfis de acesso no sistema Estrutura SUAS de modo que
913 o Conselho Estadual de Assistência Social tenha visualização completa das informações inseridas
914 pelo Governo do Estado. Encaminhamento da PA: Encaminhar à SNAS/DGSUAS e ao FNAS para
915 providências; 11. E-mail da Sra. Luana do Rocio Taborda - pós doutora do INCT Participa - Instituto
916 Nacional de Ciência e Tecnologia, recebido no dia 06 de março, onde envia convite para o Presidente
917 e a Secretária Executiva do CNAS participar de uma pesquisa sobre "Participação Social no governo
918 Lula 3: políticas públicas para mulheres, meio ambiente e assistência social". Encaminhamento da
919 PA: Responder à demandante que os Conselheiros e Secretaria Executiva têm autonomia de responder
920 a pesquisa ou não; 12. E-mail do Sr. Ricardo Martins Sudário - pedagogo na secretaria municipal de
921 Assistência Social de Beneditinos/PI, recebido no dia 25 de fevereiro, onde solicita orientação sobre
922 valorização salarial dos trabalhadores do SUAS e consulta como o Conselho pode contribuir para
923 reivindicar. Encaminhamento da Plenária: Aprovado; 13. Ofício nº 18/2025 do Conselho Municipal
924 de Assistência Social de São Paulo - COMAS/SP, recebido no dia 25 de fevereiro, em que solicitam

925 esclarecimentos quanto à ausência de repasse dos recursos referentes ao IGD-SUAS destinados ao
926 Município de São Paulo. Encaminhamento da PA: Encaminhar a demanda ao FNAS para as devidas
927 providências. O CNAS responderia quais ações foram realizadas desde quando os repasses pararam;
928 14. Carta dos CEAS para o CNAS, MDS e Congresso Nacional aprovada na Reunião Trimestral do
929 CNAS com o CEAS e CAS/DF no dia 10 de março. Encaminhamento da PA: Sugere-se aprovar; 15.
930 Denúncias: 15.1. Ofício nº 09/2026 do FNUSUAS, recebido no dia 05 de março, onde reitera o Ofício
931 nº 029/2025 e informações sobre a Manifestação do Fórum Nacional de Usuários do SUAS sobre o
932 Arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2025.00006497-8. Encaminhamento da PA: Responder que
933 não é competência do CNAS nem dos seus conselheiros manifestar e orientar institucionalmente. A
934 Conselheira Solange Bueno acrescentou que a constituição de organizações e fóruns era orientada
935 pela Resolução CNAS nº 99/2023. Já a Conselheira Rafaelly Machado da Silva insistiu que o Fórum
936 Nacional dos Usuários do SUAS se manifestasse sobre a questão, legitimando a organização estadual,
937 além de lembrar que nem todas as entidades se sentiam representadas pelos Fóruns, o que também
938 precisaria ser considerado. Já a Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles afirmou que o CNAS não
939 tinha competência para indicar as instâncias legítimas. Concluiu-se que não era competência do
940 CNAS disciplinar a constituição ou o funcionamento dos Fóruns. 16. Conferência Livre dos Objetivos
941 de Desenvolvimento Sustentável - ODS na Assistência Social. Encaminhamento da PA: Sugere-se
942 que a Conferência Livre seja realizada no dia 17 de abril. Indicações para a Comissão Organizadora:
943 Aldenora Gomes Gonzáles, Maria Gonçalves da Conceição, Maria Aparecida Guerra, Jucileide
944 Ferreira do Nascimento, Keure Chamse Afonso de Oliveira e Alessandro Tiezzi. Convocar todos os
945 conselheiros; 17. Informes: 17.1. Ofício Circular nº 32/2026 da SNAS, recebido no dia 04 de março,
946 onde encaminha para ciência e ampla divulgação o Ofício do Ministério das Mulheres - MMulheres
947 SEI nº 1338/2026, no qual a Secretaria-Executiva do Ministério da Mulheres comunica a realização
948 da Agenda Nacional do Março das Mulheres, com a execução de ações institucionais, inaugurações,
949 lançamentos e articulações interministeriais, intersetoriais e interfederativas, ao longo do mês de
950 março de 2026, bem como o lançamento do ChatBot do ligue 180 e de Cartilhas educativas sobre Lei
951 Maria da Penha e Violência Sexual. Encaminhamento da PA: Divulgar nas redes sociais do CNAS,
952 com colaboração de todos os conselheiros, e enviar aos CEAS; 17.2. Ofício nº 04/2026 do
953 FONACEAS, recebido no dia 09 de fevereiro, onde comunica Nova Composição da Diretoria e
954 Colegiado do FONACEAS (Gestão 2026). Encaminhamento da PA: Parabenizar o FONACEAS e
955 desejar excelente mandato; 18. Informes e encaminhamentos das reuniões das Comissões para

956 deliberação da Presidência Ampliada; 18.1 Grupo de Trabalho CNAS com a finalidade de elaborar
957 fluxo de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de denúncias de assédio moral no
958 contexto das relações de trabalho do SUAS: a) Encaminha minuta de Resolução CNAS que “Dispõe
959 sobre diretrizes nacionais para a prevenção, enfrentamento ao assédio moral e discriminação no
960 contexto das relações de trabalho no Sistema Único de Assistência Social”, levando em consideração
961 que a resolução e o produto final do GT devem ser apreciados no pleno de maio; b) Encaminha à PA
962 da demanda para a oficina de construção de fluxos e procedimentos de combate ao assédio moral do
963 SUAS. Após debates, definiu-se que participariam da oficina apenas os conselheiros que faziam parte
964 do GT e convidados e confirmou-se que o evento aconteceria nos dias 23 e 24 de abril. Devido ao
965 avanço do horário, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo desculpou-se e se ausentou da reunião,
966 agradecendo a colaboração de todos. Assim sendo, a Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha deu
967 prosseguimento com o relato da reunião da PA: 18.2. Comissão de Política: a) Reunião Extraordinária
968 no dia 24 de março de 9h às 12h, virtual. Solicitação retirada; 18.3. Grupo de Trabalho com a
969 finalidade de realizar estudos, apresentar análises e propostas de atualizações com relação a
970 Resolução CNAS nº 33/2011, Resolução CNAS nº 34/2011 e Resolução CNAS nº 14/2014: a) O
971 Grupo de Trabalho, solicita reunião para o dia 31 de março de 2026, no horário das 9h30 às 12h, de
972 forma virtual. Pauta: Atualização da Resolução CNAS nº 14/2014. Encaminhamento da PA: Sugere-
973 se aprovar; 18.4. Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências: a) Sugerir à PA
974 que solicite ao MDS o andamento da construção do III Plano Decenal. Encaminhamento da PA:
975 Sugere-se aprovar; b) Sugerir à PA que o CNAS encaminhe para a MDS/SNAS a planilha das
976 deliberações com a solicitação dos comentários em relação ao planejamento e ações para atender a
977 deliberação. Solicitar resposta dentro de 30 dias a partir do envio do ofício. Encaminhamento da PA:
978 Sugere-se aprovar; 18.5. Comissão Eleitoral: a) Solicitar à Presidência Ampliada autorização para
979 uma reunião extraordinária da Comissão, de forma online, para apreciação das contribuições ao
980 Regimento Interno, para o dia 28 de abril, das 9h30 às 12h. Encaminhamento da PA: Sugere-se
981 aprovar; b) Disponibilizar o Regimento Interno para consulta dos candidatos e eleitores habilitados,
982 durante a semana seguinte da reunião de aprovação do Regimento Interno por parte da Comissão.
983 Encaminhamento da PA: Sugere-se aprovar; 20. Pauta da 347ª Reunião do CNAS – Abril/2026.
984 Encaminhamento da PA: Sugere-se aprovar. A pauta foi lida e aprovada com as alterações propostas.
985 Não havendo observações, o relato da reunião da Presidência Ampliada foi aprovado pela
986 unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Por fim, seguiu-se ao relato da reunião da Comissão

987 Eleitoral, realizada no dia 3 de março de 2026. Com a palavra, a Conselheira Rafaelly Machado da
988 Silva elencou as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria
989 Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo
990 eles: 1. Encaminhamento do Processo nº 7100.009323/2023-54. Encaminhamento: a Secretaria
991 Executiva encaminhará ao demandante o despacho do Ministério Público Federal - MPF, juntamente
992 com a resposta da CONJUR, quando esta chegar; 2. Minuta do Regimento Interno disponível para
993 discussão pela Comissão Eleitoral. Encaminhamentos: a) A Secretaria Executiva encaminhará a
994 minuta do regimento interno para apreciação prévia da Comissão, sendo o debate e a modificação
995 agendada para o dia 17 de abril; b) Secretaria Executiva providenciará uma consulta aos candidatos
996 e eleitores habilitados durante a semana seguinte da reunião da aprovação do regimento interno por
997 parte da Comissão; 3. Confirmação das datas das próximas reuniões: 24 e 25 de março - reunião da
998 Subcomissão de Recursos – confirmada; 17 de abril – reunião da Comissão Eleitoral para definir o
999 regimento interno da Assembleia de Eleição, para ser encaminhado para consultar os candidatos e
1000 eleitores habilitados, posteriormente apreciando na plenária do mês de maio; 7 de maio - reunião da
1001 Comissão Eleitoral; 8 de maio - Assembleia de Eleição; 4. Reunião da subcomissão de habilitação,
1002 realizada nos dias 3 e 4 e 5 de março: foram analisados todos os documentos dos candidatos e
1003 candidatas, eleitoras e eleitores para a eleição da sociedade civil no CNAS, gestão 2026-2028,
1004 recebida no período de 2 de janeiro de 2026 a 6 de fevereiro de 2026, com a emissão de parecer sobre
1005 as 83 inscrições. Deliberou-se a construção de um documento a fim de informar ao Ministério da
1006 Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI sobre as dificuldades de acessibilidade no SEI.
1007 Não havendo observações, o relato da reunião da Comissão Eleitoral foi aprovado pela unanimidade
1008 das(os) conselheiras(os) presentes. Aberto aos informes, a Conselheira Suplente Maria Gonçalves da
1009 Conceição, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens, pediu a palavra para solicitar espaço
1010 para ler uma carta de apoio à Jornada de Lutas das Populações Atingidas por Barragens e Solicitação
1011 de apoio à pauta, o que foi permitido. A carta seria encaminhada para divulgação dos conselheiros.
1012 A Conselheira Shirley de Lima Samico anunciou que, no dia 15 de abril, seriam comemorados os 25
1013 anos do Cadastro Único, convidando a todos para a celebração. Então, a Conselheira Andréia
1014 Fernandes Teixeira fez a leitura da Nota de Apoio do CNAS às trabalhadoras e trabalhadores do
1015 SUAS do Distrito Federal, que foi aprovada. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, a Vice-
1016 Presidente Márcia de Carvalho Rocha encerrou a 346ª Reunião Ordinária do CNAS com

1017 agradecimento a participação e colaboração de todas(os) as(os) conselheiras(os) e da equipe da
1018 Secretaria Executiva.

1019

1020

1021

Edgilson Tavares de Araújo

1022

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

1023

1024

Brasília/DF

1025

Março de 2026